

**O SILENCIAMENTO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA E OS GRUPOS
SUBALTERNOS NO CURRÍCULO ESCOLAR EM PETRÓPOLIS-RJ: A DISCIPLINA DE
HISTÓRIA, GEOGRAFIA E TURISMO DE PETRÓPOLIS (HGPT) E AS MEMÓRIAS
ACERCA DA “CIDADE IMPERIAL”**

**EL SILENCIO SOBRE LA CLASE TRABAJADORA Y LOS GRUPOS SUBALTERNOS EN
EL CURRÍCULO ESCOLAR DE PETRÓPOLIS-BRASIL: LA ASIGNATURA HISTORIA,
GEOGRAFÍA Y TURISMO DE PETRÓPOLIS (HGPT) Y LAS MEMORIAS SOBRE LA
“CIUDAD IMPERIAL”**

**THE SILENCE ON THE WORKING CLASS AND THE SUBALTERN GROUPS IN THE
SCHOOL CURRICULUM IN PETRÓPOLIS CITY: THE DISCIPLINE OF HISTORY,
GEOGRAPHY AND TOURISM OF PETRÓPOLIS (HGPT) AND MEMORIES ABOUT THE
“IMPERIAL CITY”**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i1.64074>

Diego Grossi¹

Roberto Carlos Schiffler Neto²

Resumo: A rede municipal de ensino de Petrópolis-RJ possui uma organização curricular que vem reforçando uma identidade elitista de “Cidade Imperial”, na qual se destaca a promoção da disciplina de conhecimentos locais, História, Geografia e Turismo de Petrópolis (HGPT), surgida em 1984 para subsidiar uma avaliação-concurso chamada “Maratona Petrópolis”. Este artigo busca demonstrar, a partir dos subsídios da Pedagogia Histórico-Crítica, o caráter de classe desse processo; ressaltando também, como contraponto potencial, as histórias eclipsadas sobre as lutas comunistas na cidade, o movimento operário local, a população negra, os povos indígenas, entre outros.

Palavras-chave: HGPT. HGTP. Maratona Petrópolis. Petrópolis-RJ. Currículo.

Resumen: La red educativa municipal de Petrópolis-Brasil tiene una organización curricular que viene reforzando una identidad elitista de “Ciudad Imperial”, en la que se destaca la promoción de la asignatura de contenidos locales, Historia, Geografía y Turismo de Petrópolis (HGPT), creada en 1984 para apoyar un concurso-evaluación denominado “Maratón de Petrópolis”. Este artículo busca demostrar, con el apoyo de la Pedagogía Histórico-Crítica, el carácter de clase de este proceso; destacando también, como posible contrapunto, los relatos eclipsados sobre las luchas comunistas en la ciudad, el movimiento obrero local, la población negra, los pueblos originarios, entre otros.

Palabras clave: HGPT. HGTP. Maratón de Petrópolis. Ciudad de Petrópolis. Currículo.

Abstract: The municipal school system in Petrópolis (in state of Rio de Janeiro, Brazil), known as the "Imperial City", has a local history and geography discipline called HGPT (History, Geography and Tourism of Petrópolis), created to support a student competition called “Petrópolis Marathon” with a politically conservative profile. This article, with the support of Historical-Critical Pedagogy, seeks to demonstrate the class character of this process.

However, stories about the Petrópolis workers and communist movements, black and indigenous people in the city and other subaltern groups demonstrate potential for thinking about an alternative curriculum.

Keywords: HGPT. HGTP. Petrópolis Marathon. Petrópolis city. Curriculum.

Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão nomes de reis.

Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha

da China ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.

Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os césares?

(Bertold Brecht)

Introdução

A cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do Rio de Janeiro, é internacionalmente conhecida como “Cidade Imperial”³. Esse título, centrado na apologia nostálgica dos supostos feitos da nobreza brasileira na cidade durante o II Reinado (1845-1889) (MACHADO, 2008), ofusca toda uma história construída por mulheres e homens da classe trabalhadora, da população negra escravizada e dos grupos indígenas; numa operação cujo currículo escolar municipal cumpre papel *sine qua non* ao reproduzir, nas novas gerações, determinados mecanismos de seleção memorialística, sabotagem à consciência de classe e construção de identidade via escola. Um espaço privilegiado da imposição de tal organização-exclusão curricular tem sido a disciplina História, Geografia, Turismo e Educação para o Trânsito em Petrópolis (HGPT-ET)⁴, criada em 1984 como subsídio a uma avaliação-concurso municipal, a “Maratona Petrópolis” (de 1952), e até hoje presente no currículo de todas as escolas municipais do 2o segmento do Ensino Fundamental. Buscando traçar uma análise crítica de como a disciplina de HGPT implica numa determinada maneira enviesada de organização curricular, assim como propor uma alternativa mais condizente com as demandas da totalidade⁵ da população petropolitana, esse artigo mobiliza aportes de autores ligados à Pedagogia Histórico-Crítica, como Dermeval Saviani, Julia Malanchen e Newton Duarte, e outros, como Carmen Gabriel e Michael Apple, para enfrentar tal demanda a partir de três aspectos: (a) a história e o papel da disciplina HGPT e da prova-concurso “Maratona Petrópolis”⁶ na organização do currículo das escolas municipais de Petrópolis; (b) o caráter de classe dessa disciplina na escolha e na construção de determinada visão acerca do passado local e suas implicações; e (c) a relação entre tal visão e as disputas de poder na sociedade, em que fatores como História, memória e identidade são alvo de controvérsias e cujas escolhas finais da organização curricular refletem a imposição da apologia da “Cidade Imperial” por essa corresponder aos interesses das classes dominantes hoje.

Observa-se, dessa maneira, um grande descompasso entre o currículo referente à história municipal imposto pelo poder dominante e a riqueza de possibilidades que aparecem quando se constata, por exemplo, episódios como a ocupação de grupos indígenas (chamados pejorativamente de “coroados” pelos colonizadores) no território sobre o qual se fundaria Petrópolis (ADALBERTO, 2002), a formação de quilombos na cidade no século XIX, a grande presença do movimento operário nas lutas por direitos trabalhistas no início do século XX e a atuação dos comunistas petropolitanos no enfrentamento ao fascismo nos anos 1930 - formando o segundo maior núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ALN) em todo o Brasil - e à Ditadura Militar (1964-1985/88) (MACHADO, 2008). Além, claro, de eventos que contradizem os estereótipos eufemísticos presentes implicitamente na noção de “Cidade Imperial” e toda carga de suposta harmonia e perfeição que lhe acompanha, nos quais se destacam a organização de grandes grupos integralistas e nazistas nos anos 1930, o sedimento às conspirações contra João Goulart nos anos 1960, a edificação do maior centro clandestino de torturas do subsequente regime militar (que ficou conhecido como “Casa da Morte”) (CMV PETRÓPOLIS, 2018), a ausência de políticas públicas de moradia eficazes diante das frequentes tragédias climáticas de temporais (como deslizamentos de terras que desabrigam e matam milhares), entre outros. Situações essas que, de um lado ao outro, quando não são ignoradas pelo currículo municipal, são minimizadas e/ou distorcidas ante uma versão da história conservadora, focada na figura dos “grandes homens” (BARROS, 2005; 2012) da época em que Petrópolis fora sede de moradia da então “família imperial”.

Dessa forma, nas páginas que se seguem serão analisados elementos como o referencial curricular petropolitano, as apostilas de HGPT utilizadas nas escolas da cidade, a legislação municipal sobre o assunto (incluindo a tradicional “Maratona Petrópolis”), o conteúdo de conhecimentos locais das provas de seleção para professores do município, entre outros. Tudo isso em diálogo crítico (ora pelo contraste, ora pela complementariedade) com as produções historiográficas e sociológicas contra-hegemônicas de estudiosos petropolitanos - alguns professores da rede pública da cidade - que há alguns anos vêm demonstrando possíveis caminhos muito além da “Cidade Imperial” (SCHIFFLER NETO, 2021). Assim, a pergunta-poema lançada por Bertolt Brecht em 1935, “Quem construiu Tebas?”, parece ainda bastante atual para a cidade serrana do Rio de Janeiro.

1. HGPT e organização do currículo de História local

A disciplina de História, Geografia e Turismo de Petrópolis (HGPT) surgiu em 20 de dezembro de 1984, quando a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 4.306/84. Nas últimas quatro décadas a mesma sofreu algumas mudanças, entre as quais a que unificou as aulas de HGPT com outra disciplina, a de Educação para o Trânsito (ET) (esta anterior à primeira e surgida com a Lei Municipal 4.259), e que vigora até hoje orientada pelo Referencial Curricular de 2014 (PETRÓPOLIS, 2014) e o Documento Orientador Curricular de 2020 (PETRÓPOLIS, 2020). Forjou-se, assim, uma excêntrica combinação entre o ensino de uma História municipal hegemonicamente tradicionalista⁷, a Geografia local majoritariamente física e tão ou mais tradicional⁸, a descrição ufanista de pontos turísticos e noções de trânsito que vão da

enumeração de leis até noções de ética em geral totalmente descoladas dos conteúdos dos demais componentes disciplinares. Atualmente essa disciplina é ofertada nas turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) das escolas públicas municipais por meio de apenas um tempo semanal (cinquenta minutos), sendo ministrada, preferencialmente⁹, por professores licenciados em História. Entretanto, um aspecto da lei de 1984 nos lembra que é necessário voltar ainda mais no tempo para compreendermos o caráter dessa construção curricular em torno da “Cidade Imperial”: a “Maratona Petrópolis”.

O texto da Lei nº 4.306/84 justifica a si mesmo alegando a necessidade das escolas municipais darem suporte aos seus estudantes perante um tradicional evento que já na época era bastante consolidado. Oriunda da Deliberação Municipal nº 355 de 1952 e transformada na Lei Municipal nº 4.512, de 1979, a Maratona Petrópolis era uma grande prova-competição que ocorria anualmente, sempre no aniversário de elevação de Petrópolis à categoria de cidade (29 de setembro), em que se buscava testar os conhecimentos dos estudantes petropolitanos em vários campos do conhecimento, inclusive no que se refere à história e à geografia municipais; havendo, inicialmente, até mesmo premiação em dinheiro. Essa competição também sofreu diversas transformações ao longo dos anos, cujos textos sugerem a direção que pautara toda a construção curricular em torno do assunto.

As deliberações nº 2.543, de 1967, e nº 2.598, também do ano de 1967, e a Lei Municipal nº 3.998, de 1979, trazem indicações de conteúdos para as questões relativas à história de Petrópolis na prova da maratona. O Artigo 3º da Deliberação nº 2.543 e 4º da Deliberação 2.598 registram o mesmo texto: “A prova de História constará de uma dissertação sobre um dos temas abaixo, sorteado no momento: a) Fundação; b) Colonização; c) Vida e Obra de Koeler; d) Elevação à categoria de cidade; e) Petrópolis, capital do Estado.” (PETRÓPOLIS, 1967a; 1967b). A Lei nº 3.998 amplia o leque temático com novas sugestões no Artigo 2º acerca da prova de história local, sem entretanto, grandes mudanças no perfil mais tradicional, marcado pela valorização dos grandes marcos cronológicos e dos grandes feitos de figuras supostamente heroicas:

Art. 2º A prova de História de Petrópolis constará de uma dissertação e de questões objetivas (questionário) versando sobre o seguinte temário: 1 - Antecedentes Históricos a) a penetração para Minas Gerais; b) as sesmarias; c) a Fazenda do Padre Correia; d) D. Pedro I no Córrego Seco. 2 - A povoação a) a fundação; b) a obra administrativa de Koeler; c) a colonização alemã; d) a criação da paróquia e suas implicações civis e políticas; e) a contribuição da imigração estrangeira. 3 - A Cidade Imperial a) a elevação à categoria de cidade: a atuação do Coronel Veiga; b) a Câmara Municipal de Petrópolis; c) D. Pedro II em Petrópolis; d) o desenvolvimento municipal na época do 2º Reinado: principais realizações nas áreas do urbanismo, transportes e vias de comunicação, saúde, saneamento, ensino e cultura. 4 - A Cidade republicana (1889 - 1964) a) as armas de Petrópolis; b) a Câmara Municipal; c) Petrópolis, capital do Estado; d) os Presidentes em Petrópolis; e) Petrópolis e sua guarnição militar; f) o desenvolvimento municipal na época republicana: as principais realizações nas áreas do urbanismo, transportes e vias de comunicação, saúde, saneamento, ensino e cultura; g) História artística da cidade (Petrópolis, 1979).

Estas, que são as únicas sugestões de conteúdos dentre todas as deliberações e leis analisadas a respeito de tal maratona escolar, demonstram uma predileção na perspectiva de uma história de Petrópolis

em que há pouco espaço para os setores subalternizados da população petropolitana; prevalecendo uma abordagem típica da História tradicional que sequer esbarra na História vista de baixo (HOBSBAWM, 2013, p. 280-300). Nota-se: (a) um recorte temporal forjado nos marcadores institucionais construídos, primeiro, pelo colonizador português, e, depois, pelas classes dominantes nativas; (b) o aparecimento de figuras individuais apenas nos casos de homens dessas elites pertencentes a esses feitos; e (c) a ausência de setores populares, como a classe operária industrial e os negros escravizados, e suas realizações (como a resistência ao fascismo e a formação de quilombos na cidade). Alguns tópicos, principalmente da Lei de 1979, até abrem espaço para exceções, como aqueles voltados para a história artística e aos imigrantes. Sobre esse último, porém, não se pode perder de vista o contexto local em que se realiza, onde a memória cultivada pelo poder público e, em certa medida, até a comunidade dos descendentes de imigrantes, pouca atenção dá ao fato de que a imigração foi, em grande parte, formada por trabalhadoras e trabalhadores dos países de origem; exaltando mais a origem étnica e nacional (branca e europeia – alemã, italiana, etc.) em detrimento da classe social - num processo de embranquecimento da memória que leva para a História o que fora feito pelo governo brasileiro na história vivida ao promover a imigração europeia como forma de embranquecimento populacional¹⁰. Se, em si mesmo, o tópico “Colonização alemã”, por exemplo, é justo e condizente com a história de construção da cidade, por qual motivo não há um espaço para tratar da presença afro, tão importante para a formação petropolitana quanto a alemã¹¹, conforme apontou Silva (2018)? No caso dos personagens históricos citados, como o major Julio Frederico Koeler e o coronel Amaro Emílio da Veiga, ambos foram militares europeus (o primeiro alemão e o segundo português) que atuaram junto às elites nacionais e locais para a formação de Petrópolis. Koeler fora responsável pelo projeto arquitetônico da cidade sob ordens de Dom Pedro II e Veiga pela elevação de Petrópolis à categoria de cidade (além de primeiro presidente da Câmara de Vereadores local) - para além, claro, dos imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II, representantes máximos da nobreza.

No Referencial Curricular de 2014 (ainda vigente), construído no bojo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e onde há uma declarada adesão a concepções pedagógicas progressistas, defendendo, por exemplo, que “todas as atividades da escola são curriculares, ou não serão justificáveis no contexto escolar”¹² (PETRÓPOLIS, 2014, p. 10) e na qual “cabará a cada professor buscar as peculiaridades da comunidade em que esteja inserida a Unidade Escolar para que (re)significações se façam a contento,” (PETRÓPOLIS, 2014, p. 42), nota-se, no campo voltado para orientar o currículo de HGPT, algum espaço para temas como a presença indígena na região serrana e as lutas contra a escravidão na cidade. Entretanto, ainda prevalece no documento a hegemonia de conteúdo e abordagens típicos da História tradicional. Há um ecletismo de conteúdos e abordagens no qual, ao que parece, a produção contra-hegemônica de historiadores e professores fez com que alguns assuntos até então ignorados fossem incorporados sem que isso implicasse numa reformulação geral. O mesmo se vê no Documento Orientador Curricular de 2020 (PETRÓPOLIS, 2020, p. 423-432). Este e o Referencial Curricular de 2014 acomodam, no que se refere à HGPT, pontualmente tópicos da produção historiográfica progressista dentro da estrutura de História, Geografia e Turismo tradicionais, já consolidada desde as primeiras legislações acerca da “Maratona Petrópolis”. Ao exótico hibridismo de campos (inclusa a questão do

Trânsito), se somou o ecletismo teórico - díspar, porém, pois a (H)história das classes dominantes continua a prevalecer sobre a (H)história das classes exploradas. Nisso, não se pode perder de vista que “um currículo de História seleciona, reorganiza, articula múltiplas narrativas, produzindo outras sínteses do heterogêneo que disputam a legitimidade na cultura escolar” (GABRIEL, 2015, p. 39). E, no caso petropolitano, nota-se o esforço para se fazer da escola um local legitimador da mitologia ufanista acerca do passado imperial.

O conteúdo curricular dos referidos documentos aponta quatro eixos para cada uma das séries do segundo segmento do ensino fundamental em que, de imediato, nota-se a desproporção quantitativa entre os conteúdos tradicionais e aqueles relacionados à história das camadas populares e dos grupos subalternos.

No sexto ano, o de conteúdo mais equitativo, dois blocos referem-se à ocupação original da cidade serrana do estado do Rio de Janeiro por parte dos europeus através do chamado “Caminho Novo”¹³, um terceiro aos povos indígenas “coroados” que viveram na região até a colonização e o quarto e último sobre a escravidão e a resistência negra na cidade. Ainda que alguns dos componentes assumam perfis discutíveis, como a exaltação dos bandeirantes na formação do “Caminho Novo” e a ênfase dada aos papel da “mão de obra” escrava na construção dos pontos turísticos badalados de Petrópolis¹⁴ justamente pela ligação com a aura de “Cidade Imperial” - o que acaba por submeter o papel do negro de maneira instrumental ao que já é reconhecido e louvado pelo *status quo* - há importantes menções, como a questão quilombola (no mesmo bloco) e o problema dos deslizamentos de terra nas tragédias temporais (3o bloco). Ainda assim, é importante reforçar, tanto no sentido de quantidade de citações como na ênfase dada a estes elementos, aqueles que pertencem às noções hegemônicas acerca da história da cidade são apresentados de forma muito mais contundente na direção de se (re)afirmar uma “Cidade Imperial”.

Já a orientação para o 7o ano, em contrapartida, é completamente tributária do conservadorismo, dividindo os quatro eixos temáticos em três focados nos locais em que houve a ocupação europeia na região e que dariam origem à cidade e; um último tópico específico sobre a fundação da cidade. Têm espaços de destaques nos conteúdos arrolados dentro de tais eixos figuras como Dom Pedro I, responsável por adquirir algumas terras na região para a família imperial e direcioná-las para a ulterior transformação em Petrópolis, e Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial (uma espécie de chefe da Casa Civil na época), responsável, junto com Koeler, pela fundação da cidade; assim como o Museu Imperial¹⁵, antiga casa de veraneio de Dom Pedro II e toda a família, símbolo máximo da identidade de “Cidade Imperial” no município até os dias de hoje. É mantido, dessa forma, o perfil tradicionalista presente em toda legislação referente à “Maratona Petrópolis”, além da defesa de uma memória estritamente focada em um passado construído pelos “edificadores” de um projeto nacional do qual a cidade de Petrópolis fazia parte.

A situação se agrava no referencial do 8o ano, já que Koeler possui um eixo exclusivo para si, dividindo espaço com um primeiro que continua o tema da fundação da cidade (que finaliza o 7o ano), um terceiro referente à colonização alemã e um quarto cujo conteúdo é majoritariamente formado pela

presença das igrejas (especialmente a Católica e, em alguma medida, a Luterana). Pontualmente o assunto das indústrias aparece dentro de um dos eixos no seu aspecto de Geografia econômica.

Para o 9o ano a tendência se mantém; com um eixo centrado na imigração europeia, outro na Proclamação da República, um terceiro somente para o “destino” da “Família Real” após os eventos de 1889 e um quarto para o momento em que Petrópolis se tornou, por pouco tempo, capital do estado do RJ¹⁶. Percebe-se que, mesmo em um recorte temporal mais favorável a se desenvolver assuntos que saiam da sombra da “Cidade Imperial”, já que se dá majoritariamente após a queda do Império, pouca coisa vai em outra direção (como a presença do polo tecnológico computacional localizado no bairro Quitandinha¹⁷) - quando se fala da presença dos presidentes da República na cidade, por exemplo, o faz ressaltando a tradição destes adotarem, para veraneio ou pernoite, o Palácio Rio Negro, uma construção do século XIX edificada pelo Barão do Rio Negro (um poderoso barão do café dos tempos imperiais).

Um aspecto que merece ser balizado nessa parte tanto do Referencial Curricular petropolitano de 2014 quanto no Documento Orientador Curricular de 2020, referente à História, Geografia, Turismo e Trânsito de Petrópolis, bastante presente do 6o ao 9o ano do Ensino Fundamental, é o conteúdo sobre ecoturismo. É preciso reconhecer que, por um lado, o mesmo desenvolve-se com um perfil distinto do tradicionalismo, abordando práticas contemporâneas recentes e bem comuns às classes populares locais (que encontram nas cachoeiras, trilhas e montanhas da cidade uma forma de lazer bastante acessível e com baixíssimo custo) de forma positivamente crítica, acompanhada de noções de educação ambiental. Por outro, porém, a acomodação entre uma “Petrópolis Verde” e a “Cidade Imperial” se dá sem grandes dificuldades ao se exaltar de maneira bucólica as “belezas naturais” do município, sua riqueza de fauna e flora, a presença da Mata Atlântica, etc. De forma que, no fim, esses elementos não só não contradizem o núcleo tradicional presente na noção de “Cidade Imperial” como ainda o enriquecem ao reforçar o mito de um suposto paraíso serrano incrustado nas montanhas fluminenses e que, por vezes, justifica o alto custo imobiliário na cidade (outro instrumento poderoso de exclusão social local – aspecto melhor analisado na parte 3 do presente artigo).

Assim, nota-se que as orientações legais que giram em torno da disciplina HGPT e sua organização curricular, de forma direta ou indireta (como as relacionadas à “Maratona Petrópolis”), mantêm, há cerca de seis décadas, um perfil tradicionalista de viés conservador nucleado na noção de “Cidade Imperial”; havendo, no máximo, algumas acomodações temáticas progressistas com espaços e abordagens bastante tímidas. Dessa forma, parece válida, no caso petropolitano, a preocupação de Michael Apple (1982) sobre como o currículo pode se realizar enquanto reproduzidor de ideologias dominantes, articulando valores hegemônicos tal qual uma espécie de validador - e reproduzidor – dessas formas de dominação, se apresentando, porém, de forma supostamente neutra perante a sociedade.

2. O currículo na sala de aula

Nessa discussão é fundamental não perdermos de vista que o currículo escolar vai muito além dos conteúdos elencados nos referenciais curriculares formais, sendo classificado por Dermeval Saviani como

a “organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares.” (SAVIANI, 2015, p. 290)¹⁸. Ainda nas palavras do autor:

Currículo é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim (SAVIANI, 2016, p. 55).

Assim sendo, é possível encontrar nas ideias do curriculista estadunidense Michael Apple (1982) um aporte acerca da complexidade existente entre a ideologia e o processo de seleção curricular. Para o autor, o currículo poderia ser compreendido para além de seus aspectos formais – sobretudo ao que se refere ao conteúdo programático, já citado anteriormente por Saviani. Ou seja, existiria uma espécie de “currículo oculto”, segundo o próprio Apple, onde se encontrariam os limites ideológicos, políticos e pedagógicos que fariam parte tanto as intenções de inserção de determinados temas como suas exclusões no processo de seleção curricular. Assim, o “currículo oculto” é percebido como o conjunto de valores, atitudes, normas e comportamentos correspondentes a uma ideologia dominante que são transmitidos pela escola de forma tácita, onde muitas vezes tais questões não são questionadas. Dialogando entre as perspectivas de Apple e Saviani, neste sentido, é possível afirmar que o currículo tanto é algo que se apresenta objetivamente – conteúdo programático, recursos humanos e pedagógicos – como subjetivamente – noções implícitas que agem em direção à legitimação da estrutura programática do currículo, tendendo a reproduzir, portanto, um poder dominante em uma sociedade por meio do currículo escolar.

Nas quatro apostilas (conhecidas como Cadernos Pedagógicos - uma para cada ano) (PETRÓPOLIS, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d) - utilizadas pelo município nas salas de aulas são implementadas as orientações curriculares citadas anteriormente, mantendo as mesmas divisões temáticas e suas proporções. Observando tais cadernos, antes mesmo de adentrar nos conteúdos escritos, percebe-se que as capas escolhidas já se mostram reveladoras do perfil tradicionalista do material ao colocar, em cada uma, pontos turísticos locais ligados ao período imperial e/ou aos “grandes homens”: o Museu Casa de Santos Dumont (6º ano), o Museu Imperial (7º ano), a Catedral São Pedro de Alcântara (8º ano) e o Palácio de Cristal (9º ano). Apenas a primeira se refere a um ponto turístico do período republicano, datando do início do século XX quando, no local, o famoso inventor brasileiro Alberto Santos Dumont morou durante alguns anos. As demais apontam para localizações que sempre compõem o “cartão postal” de Petrópolis quando se divulga a “Cidade Imperial” e estão umbilicalmente ligadas às grandes figuras das elites imperiais. O Museu Imperial, conforme já pontuado, foi o local de moradia de verão de toda família real durante o II Reinado e é hoje o principal ponto turístico da cidade, recebendo quase meio milhão de visitantes por ano (sendo que a população local é de cerca de 300 mil habitantes)¹⁹. A Catedral São Pedro de Alcântara abriga hoje os mausoléus de Dom Pedro II e família, tendo sido edificada sob ordens diretas do mesmo em homenagem ao santo padroeiro da família real e aparecendo também como símbolo

máximo da Igreja Católica na cidade - uma das principais instituições das elites locais. Já o Palácio de Cristal foi um presente dado por Conde d'Eu, príncipe francês e chefe das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870), à sua esposa, a Princesa Isabel. Vale mencionar, inclusive, que mesmo dentro do padrão conservador adotado, existe uma assincronia entre os pontos turísticos escolhidos para compor as capas e os períodos históricos abordados nas respectivas apostilas.

Analisando o conteúdo desses materiais, as impressões derivadas do estudo do Referencial Curricular de 2014 (e não alterados pelo documento de 2020) se confirmam. O predomínio de uma História conservadora, ao lado da Geografia física tradicional com pequenos espaços de acomodação progressista é observada nos quatro cadernos pedagógicos, seguindo rigorosamente a proposta curricular. A colcha de retalhos temática não consegue dar conta de costurar conhecimentos locais e Educação para o Trânsito de maneira fluida. No fim, se tem um conjunto de apostilas com um perfil ufanista e conservador no que se refere à seleção dos conteúdos e no espaço dedicado aos mesmos, tentando acomodar sob um discurso ora tradicionalista ora crítico (que beira o senso comum pedagógico contemporâneo, diga-se) pontualmente temáticas progressistas (como a luta contra a escravidão) e encontrar espaço para ética e legislação no trânsito.

Alguns casos específicos chegam a ser gritantes. No caderno pedagógico do 9º ano (PETRÓPOLIS, 2016d) quando se fala do Palácio Rio Negro (p. 61-66) há o foco no seu caráter arquitetônico e no fato de vários presidentes terem se instalado no local, ignorando que desde os anos 1990 o espaço abriga, em seus fundos, um importante museu da II Guerra Mundial (1939-1945), o Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB), dedicado aos cerca de duzentos petropolitanos que lutaram contra o fascismo na Europa e que, em sua maioria, eram trabalhadores de bairros operários como Cascatinha e Alto da Serra - totalmente apagados pela história “oficial” de Petrópolis. A existência de tal museu sequer é mencionada em qualquer das apostilas, que só cita a II Guerra Mundial em uma “curiosidade” exaltando outro símbolo do “esplendor” da cidade, o Palácio Quitandinha, construído como cassino e hotel de luxo nos anos 1940 e que sediou a declaração de guerra contra o Eixo (PETRÓPOLIS, 2016d, p. 40). O movimento operário de Petrópolis, que em várias épocas foi referência para as lutas sociais no Brasil - ao ponto do próprio Luiz Carlos Prestes²⁰ escrever que “Lutas, como a de Petrópolis, precisam ser preparadas e levadas a efeito em todo o Brasil. Depois de uns vinte Petrópolis a insurreição será inevitavelmente vitoriosa.” (PRESTES, 1935) -, não tem um espaço maior que uma única citação específica sobre os trabalhadores de uma fábrica (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 94). Oportunidades para aprofundar a questão operária mesmo dentro da estrutura proposta não faltaram. Nas apostilas do 6º ano (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 35-36) e do 8º ano (2016c, p. 76-78) a existência das ferrovias em Petrópolis foi consideravelmente explorada, sem nenhum registro, porém, do fato de que os trabalhadores ferroviários se constituíram numa das categorias mais ativas das lutas populares em Petrópolis (MONTES, 2020) até a Ditadura Militar (1964-1985/88) fechar o trecho ferroviário da cidade nos primeiros tempos do regime. Inclusive, a única passagem sobre o regime militar na cidade não se dá por conta das lutas locais contra o golpe e a ditadura (CMV PETRÓPOLIS, 2018) nem para tratar do centro de torturas

conhecido como “Casa da Morte”, que funcionou em Petrópolis entre 1971 e 1974; mas para exaltar Figueiredo por “salvar” a Petrópolis Imperial:

Com apenas cinco artigos no seu decreto, o Presidente João Batista de Figueiredo salvou o que restou da Petrópolis Imperial. Ele atribuiu à cidade o título de CIDADE IMPERIAL. Nos anos seguintes, em conjunto com os moradores, a Câmara Municipal promulgou um bem elaborado código de posturas municipais, que garantiu as tradições e os valores da cidade (PETRÓPOLIS, 2016d, 62).

Como essas apostilas são utilizadas em sala de aula sob a regência de professores de História da rede municipal, vale notar qual tipo de conhecimento acerca da cidade que é exigido previamente desses profissionais; afinal, se René Rémond tiver razão, os concursos voltados para o recrutamento de professores costumam ser bons indicadores das tendências intelectuais (RÉMOND, 2003, p. 21). Nisso, as provas dos dois últimos concursos públicos para o cargo ocorridos em Petrópolis, na parte de conhecimentos locais, acompanham tudo o que foi analisado até aqui: a prova de 2012, que tem a Catedral São Pedro de Alcântara na capa, aliás, traz três questões ligadas à História tradicional (colonização, Petrópolis capital do RJ e grandes palácios/construções do período imperial) e duas de Geografia nada críticas (características da Mata Atlântica e estrutura viária) (FUNDAÇÃO DOM CINTRA, 2012, p. 4); dez anos depois aparecem duas questões típicas da História “oficial” (colonização e fundação por parte de Dom Pedro II e Koeler), novamente duas de Geografia acríicas (localização da cidade e nome de bairros) e, excepcionalmente, uma que foge dos clichês acerca da “Cidade Imperial”, relacionada à II Guerra Mundial (FUNDAÇÃO DOM CINTRA, 2022, p. 7). Não é detalhe também que em ambos concursos a banca organizadora seja a Fundação Dom Cintra, entidade ligada aos setores conservadores da Igreja Católica e à Universidade Católica de Petrópolis (UCP); ou seja, peças fundamentais das elites locais

Não se pode pensar que tais escolhas sejam condicionadas pela falta de acesso à história além da “Cidade Imperial”. Os fatos relevantes (em nível local, nacional e mesmo internacional) da história da cidade incompatíveis com a aura imperial vão muito além dos até aqui citados em caráter ilustrativo. A produção sobre os mesmos, por parte de uma historiografia local crítica e engajada, na contramão da História “oficial”, já é há algum tempo presente e acessível. O poder público vem há décadas fazendo uma escolha sincronizada com as elites locais na qual o status de “Cidade Imperial” (e noções adjacentes) é lucrativo e politicamente (para eles) adequado, pois engaja um tipo específico e financeiramente vantajoso de turismo, sobrevaloriza os imóveis (e, secundariamente, o status) dos grandes proprietários²¹ e impõe uma identidade desmobilizadora, que tenta fazer com que a classe trabalhadora e demais setores populares sejam despojados de suas próprias tradições de lutas sociais. Mais uma vez Saviani é pertinente:

a educação não está divorciada das características da sociedade; ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais (SAVIANI, 2013, p. 26).

Uma outra organização curricular em Petrópolis é não só uma questão de necessidade, mas também de justiça.

3. Quem construiu Tebas? Outras histórias possíveis para além da “Cidade Imperial”

Foge do escopo do corrente trabalho propor, de maneira mecânica e fechada, um novo e completo currículo para o estudo dos conhecimentos locais nas escolas municipais de Petrópolis. Além da evidente questão de espaço, um novo currículo precisa ser obra dos diversos segmentos da sociedade petropolitana por meio de um processo de profunda reflexão, troca e amadurecimento, pois, como já foi lembrado, um currículo real vai muito além dos referenciais oficiais – e aí, para esse currículo real, vivido por toda a comunidade escolar, ir de fato além da “Cidade Imperial”, não bastam meras formalidades; é preciso que os agentes interessados se apropriem e pautem a discussão²². Buscando fazer parte desse processo coletivo do repensar curricular petropolitano é que, nas veredas de Newton Duarte, para quem o “processo de ‘seleção do conhecimento’ a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta”, como sua condição de classe (DUARTE, 2017, p. 522), aventamos algumas possibilidades de conteúdos curriculares a partir de pesquisas nossas e de outros especialistas que vêm adicionando novas cores ao prisma histórico-geográfico da cidade serrana.

A Comissão Municipal da Verdade (CMV) de Petrópolis, que atuou no município entre 2016 e 2018, operou abertamente no questionamento ao currículo escolar da cidade; tanto em nível do formal quanto do vivido. Além dos pesquisadores da entidade - alguns professores da rede - terem visitado dezenas de escolas promovendo palestras e debates sobre a Ditadura Militar no município e realizado atividades de formação ao lado do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) junto à comunidade docente local, propuseram, em seu relatório final, uma reformulação do ensino de HGPT capaz de tornar a disciplina realmente condizente com o passado petropolitano em todos os seus aspectos²³.

Apenas no que se refere ao Golpe de 1964 e ao regime militar, a CMV Petrópolis apresentou elementos de destaque tanto do lado da luta popular, sempre esquecida pela História “oficial” do município, quanto da repressão, que contradizem frontalmente a aura de harmonia e perfeição vendida pela estética da “Cidade Imperial”. A mesma cidade que vivenciou uma classe trabalhadora, nucleada pela ação dos comunistas, mobilizada e ativa na resistência ao golpe e nas diversas formas de enfrentamento contra a Ditadura Militar (lutas de massa operária, estudantil e de bairros, guerrilha e oposição eleitoral-institucional); foi a que sediou desde pelo menos 1962 encontros das principais lideranças golpistas e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)²⁴ na conspiração contra João Goulart, recebeu (e viu estabelecer amizade entre membros da elite e da polícia local com) o maior agente dos serviços de inteligência e repressão imperialistas dos Estados Unidos para a América Latina, Daniel Mitrione²⁵, e abrigou a “Casa da Morte”, aparelho clandestino de torturas e execuções dos maiores presos políticos do país (que entre 1971 e 1974 executou mais de duas dezenas de revolucionários, como Davi Capistrano e

Carlos Alberto Soares de Freitas)²⁶. Episódios esses que, se bem incorporados ao currículo municipal, poderiam enriquecer também a história das mulheres de Petrópolis - uma história que, na versão “oficial”, fica refém da exaltação da Princesa Isabel como a “libertadora” dos escravos. Jana Moroni e Inês Etienne Romeu merecem um espaço maior na História de Petrópolis e do Brasil. A primeira, revolucionária do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) assassinada, de armas em punho, no maior movimento de resistência contra a ditadura, a Guerrilha do Araguaia, viveu grande parte da sua vida na cidade serrana, onde seu pai, Girão Barroso, foi secretário de saúde. A segunda foi a única sobrevivente da “Casa da Morte” e, graças aos seus esforços sobrehumanos, tal aparato repressivo foi revelado: mesmo sob brutais torturas, incluindo estupros, que lhe fizeram pesar apenas 32 quilos, a guerrilheira da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) Palmares conseguiu gravar o número de telefone do imóvel dito uma vez por um dos agentes da repressão, os codinomes e as características físicas de tais agentes, o nome dos companheiros vitimados que dividiram espaço, aspectos arquitetônicos do local detalhadamente, etc. Passada quase uma década de quando conseguiu “escapar” da “Casa da Morte” para o sistema prisional oficial - via tentativa de suicídio - registrou tudo que sua memória conservara junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)²⁷, iniciando a busca bem sucedida para encontrar o local. Tudo isso totalmente eclipsado no Referencial Curricular de 2014, nos Cadernos Pedagógicos de 2016 e no Documento Orientador Curricular de 2020.

Os trabalhos da CMV Petrópolis, porém, não foram uma exclusividade e seguiram pelas trilhas de outras pesquisas - parte considerável oriunda de professores da educação básica do município - que vêm confrontando os mitos da “Cidade Imperial” em diversos aspectos, entre os quais podem ser citados: a obra de Ismêmia Martins (1983) sobre a industrialização na cidade; a pioneira dissertação de mestrado de Paulo Henrique Machado (2005) sobre a luta contra o fascismo no município, cujo martírio do operário aliancista Leonardo Candu em 09 de junho²⁸, numa passeata antifascista nas ruas de Petrópolis, desencadeou comoção nacional e uma greve geral de uma semana; artigos sobre a grande presença de grupos fascistas e nazistas nas comunidades imigrantes locais, assim como da forte organização de integralistas (uma versão abrazeirada do fascismo) (MESQUITA, 2011 e 2012; OLIVEIRA, 2013, 2014 e 2018; OLIVEIRA; ALCÂNTARA, 2018); obras sobre a força do movimento operário (RIBEIRO, 2014²⁹) e comunista petropolitano, fazendo Petrópolis ser conhecida como um importante elo do “Cinturão Vermelho” fluminense³⁰ (GROSSI, 2017); pesquisas sobre a Ditadura Militar (GROSSI; SCHIFFLER NETO, 2014; LIMA; GROSSI, 2018); livros de memória (BOMTEMPO, 2006; QUADROS, 2011); entre outros³¹. Mesmo fora do período republicano ou da História propriamente dita, as possibilidades de se organizar o saber escolar sobre uma Petrópolis para além da “Cidade Imperial” são palpantes, como atestam os trabalhos de Angelo (2014), Aquino e Junior (2014), Ambrózio (2012), Dias (2016). Gregório (2009) e Silva (2018). O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que trata da Casa da Morte, também merece menção (2014). Após a Comissão da Verdade de Petrópolis continuaram a surgir trabalhos importantes na mesma direção, como os de Elisiario (2023), Montes (2020), Silva e Lage (2024) e Winter (2019).

Diante de um currículo formal que reduz a discussão da questão da população negra em Petrópolis a um bimestre do 6º ano, para tecer pinceladas sobre a luta contra a escravidão e à “contribuição” do trabalho escravo para edificar estradas e palacetes (PETRÓPOLIS, 2014, 2016a), Renata Aquino da Silva propõe, em sua tese de doutorado (2018), como a própria fundação e estruturação da cidade não pode ser compreendida plenamente com o apagar do papel do negro, demonstrando como desde as primeiras fazendas na região que se utilizavam tecnologias providas pelos escravos (como o sistema de captação e distribuição de água). Renata Silva aponta que a população negra liderou o processo de desenvolvimento urbano local, rejeitando a noção de que o povoamento e a formação da cidade foram frutos de um projeto único de meados do século XIX provido pela vilegiatura e pelos colonos alemães. Assim, “no caso de Petrópolis, a fábula oficial tornou invisíveis as populações negras da região tanto que cristalizou a ideologia de sede imperial e de colônia alemã” (SILVA, 2018, p. 72). Como haveria de uma cidade ter sido “fundada”, portanto, se no mesmo local já existia produção histórica e social, conforme apontou a autora? O que seria a ideia da “fundação”, portanto, senão produto ideológico de setores dominantes da sociedade petropolitana, fluminense e brasileira, face à noção de um projeto de desenvolvimento já apresentado anteriormente, e que era defendido pelas elites.

No campo da Geografia crítica, Júlio Ambrózio (2012) e Roberta Gregório (2009, 2010) apontam com bastante competência os impactos urbanos da identidade imperial, com seus aspectos bucólicos e aristocráticos, para a população munícipe. Ambrózio (2012) indicou como a submissão do território de Petrópolis à família imperial compreendido como a enfiteuse acarretou em uma forma de acumulação bastante peculiar, pautada pelo desenvolvimento espacial em função do direito ao solo que os herdeiros da família imperial adquiriram na forma de benefícios ao direito das terras do 1º distrito da cidade, garantindo o recebimento do *laudêmio*³² às transações fundiárias realizadas na localidade. É potencializada, assim, a condição de vilegiatura no presente ao levar a um critério da renda como condicionante para o turista se estabelecer na cidade na forma de segunda residência. Este processo é importante para que se perceba um relativo esvaziamento dos setores produtivos da cidade (indústria), gerando um impacto não apenas no fator trabalho local, em nível econômico, mas também social, no que pode ser entendido como o surgimento de uma cidade de veraneio. O que, porém, tem na narrativa imperial de “cidade de veraneio da família imperial” o encontro ideológico perfeito entre passado e presente para ocultar os impactos do esvaziamento produtivo e, conseqüentemente, os efeitos causados enquanto a construção de uma espécie de “determinação” turística da cidade, relegando problemas locais relativos ao desemprego, infraestrutura urbana, entre outros, que acometem, justamente, aos “de baixo”. Gregório (2009 e 2010) demonstra como tal condição de vilegiatura condicionou, dialeticamente, um processo de ocupação urbana desordenada junto a um desenvolvimento de um ecoturismo associado às áreas de Mata Atlântica; reforçando um status de veraneio corroborado com o surgimento das áreas de proteção ambiental sem muitos critérios sociais. Assim, se viu uma valorização do solo em determinadas regiões que contribuiu ainda mais para o processo de segregação por meio da especulação imobiliária, que favorece pequenos grupos da elite proprietária e do mercado imobiliário:

Estima-se que um terço (1/3) dos petropolitanos viva em áreas de risco. Um dos motivos que apontamos para o aumento da favelização, além da falta de opções de emprego e os baixos salários, é a valorização imobiliária que cresce de forma assustadora, pela escassez de espaços para expansão urbana no primeiro distrito e os parâmetros de parcelamento do solo muito restritivos nos demais distritos. Desta forma, os imóveis da cidade passam a ser supervalorizados (GREGÓRIO, 2009, p. 12).

Cerca de quatro anos depois da maior tragédia da história da cidade³³, em que aproximadamente duas centenas e meia de pessoas morreram por conta dos eventos climáticos extremos de fevereiro e março de 2021, as palavras de Roberta Gregório ainda soam com uma indesejável atualidade ao ressaltar os custos da identidade de “Cidade Imperial”, que tem no currículo escolar municipal atual um dos seus difusores. Percebe-se, portanto, que o acumulado sobre a “História dos de baixo” (assim como aquela que os “de cima” querem jogar para debaixo do tapete) de Petrópolis é numerosa o bastante para se reconstruir o currículo local, até agora refém do conservadorismo político e teórico, sob um paradigma científico crítico-progressista capaz de representar os reais interesses daqueles que formam a imensa maioria das escolas públicas municipais: as camadas populares que sustentam e sempre sustentaram, com seu suor, a “Cidade Imperial” – e todas as outras cidades. O questionamento de Brecht segue atual: terão mesmo sido os reis que construíram Tebas? O marxismo nos indica o caminho para a resposta.

Conclusão

A história de Petrópolis-RJ contada sob a ótica da “Cidade Imperial” corresponde a um projeto de exaltação de elementos tradicionais de viés conservador que contribui para a manutenção de um determinado *status quo* político, social e econômico. Este projeto, como visto, determinou o fortalecimento de um ideário galgado em apagamentos e silenciamentos, que se coloca de modo a representar a história oficial da cidade. Ao agir assim, se situa sob uma condicionante hegemônica que opera diante dos mais diversos espaços da sociedade local, inclusive, na Educação.

Especificamente no caso da disciplina de HGPT, observou-se desde cedo a existência de um movimento, através da Educação, de reprodução dos valores hegemônicos contidos no teor da “Cidade Imperial”. No caso da prova-concurso da “Maratona Petrópolis”, desde sua criação até a consequente instituição da disciplina na década de 1980, o poder público municipal operou em prol de um processo ideológico que deu cabo a uma organização curricular de História e Geografia local preocupada em representar interesses elitistas, demarcando os limites sobre um passado plenamente moldado conforme o suposto legado da família imperial, bem como das principais figuras “heróicas” locais e os pontos turísticos – ou patrimônios – relativos a essa espécie de espaço-tempo seletivo.

Neste sentido, é possível afirmar que: (I) uma mesma lógica conservadora de seleção, organização e divulgação do conhecimento acerca do passado foi responsável por impor um igual fundamento na organização curricular petropolitana e nos documentos originários da disciplina de HGPT – como o Referencial Curricular de 2014, as apostilas/material didático de 2016 (ainda em uso nas escolas) e o Documento Orientador Curricular de 2020; (II) embora o currículo não possa ser compreendido apenas por sua composição conteudista, o direcionamento de tais argumentos por parte daquilo que o poder

público – Legislativo e Executivo – compreende como legítimos, reforça a noção de que determinados valores que se situam em torno da “Cidade Imperial” são mais relevantes do que outras memórias sobre o passado; (III) a ausência de outros passados – ou o predomínio dos elementos da “Cidade Imperial” – na principal fonte pedagógica de professores e estudantes fornecida oficialmente pela municipalidade denota tanto um olhar hegemônico sobre o passado como também um total descaso com os conhecimentos mais atuais sobre a história de Petrópolis; (IV) o silenciamento fica evidente quando notamos o recente crescimento de uma série de conhecimentos sistematizados a respeito do passado de Petrópolis, constituídos sob uma perspectiva crítica e que se importa com questões relativas à luta de classes, aos movimentos sociais e às identidades silenciadas pela força de uma narrativa hegemônica – como é o caso dos estudos relativos aos comunistas, negros, operários, etc; (V) assim, atualmente, a disciplina de HGPT cumpre um papel de reproduzir e articular um processo de dominação social observado nos diversos planos da sociedade de Petrópolis, o que faz favorecer, portanto, uma elite social local e suas representações culturais, mas que também age concretamente na vida das pessoas, contribuindo para impedir a elucidação de construções de consciências sociais e identidades tanto individuais como coletivas, sintonizadas com um passado de lutas e resistências nada sincrônicas com a suposta harmonia social da “Cidade Imperial”.

Portanto, ainda que Tebas não mais exista, nem mesmo a Babilônia tenha ressurgido e tampouco a grande Roma se refizera, forças análogas as que quiseram ocultar quem foram os grupos que as edificaram desejam nos dias atuais que os processos de conhecimento sirvam aos que exploraram e aprisionaram corpos e mentes desde o passado. No enfrentamento a isso é necessário, no caso de Petrópolis, lutar por uma organização curricular além da “Cidade Imperial”.

Referências:

- ADALBERTO, S. **O mito dos coroados**. Instituto Histórico de Petrópolis, 2002. Disponível em: ihp.org.br/?p=2911. Acesso em: 20 jun. 2024.
- AMBROZIO, J. O território da enfiteuse e a cidade de Petrópolis – RJ, Brasil. **Anais do XII Colóquio de Geocrítica**, Bogotá, 2012.
- ANGELO, E. Identidades, festas e espaços dos imigrantes em Petrópolis, RJ, e suas relações com a história do turismo e da cidade. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 2, p. 263-179, 2014. Disponível em: redalyc.org/pdf/4735/473547040011.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.
- APPLE, M. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- AQUINO, R; JUNIOR, H. C. Cidades Negras – Petrópolis Imperial. **Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 81–96, 2015. DOI: 10.21665/2318-3888.v2n4p81-96. Disponível em: periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/3599. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BARROS, J. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto**, n. 15, p. 235-256, 2005. Disponível em: lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph_revista_15.pdf?m=1525724411. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BARROS, J. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**, v. 5, n. 9, p. 391-419, 2012. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5026834.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- BOMTEMPO, R. **Estação Petrópolis**: memórias de um médico que não perdeu o trem da História. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981**. Atribui à cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, o título de Cidade Imperial, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 mar. 1981. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85849-27-marco-1981-435463-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 mai. 2024.

BURLET, P. Uma análise sobre a proposta curricular do município de Petrópolis. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação educacional**, 2017. Disponível em: academia.edu/76573869/Uma_An%C3%A1lise_Sobre_a_Proposta_Curricular_Do_Munic%C3%ADpio_De_Petr%C3%B3polis?source=swp_share. Acesso em: 24 abr. 2025.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. **Relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis**, 2018. Disponível em issuu.com/cmvpetropolis/docs/relatorio_cmv. Acesso em: 10 jan. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade** (vol. 1), 2014.

DIAS, P. **Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera**. 2016. Dissertação de mestrado em Memória Social. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DREIFUSS, R. 1964 **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELISIARIO, R. **Petrópolis além do título imperial: outras memórias: os bairros populares e a ditadura**. 2023. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2023.

GAMA, C. N.; DUARTE, N.. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 521-530, Set. 2017. Disponível em: scielo.br/j/icse/a/mZKXbDZVP4KsZkgWr9x7RTg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 mai. 2024.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Poder Judiciário. 3ª Vara Cível de Petrópolis. **Processo no 2.072/1981**.

FUNDAÇÃO DOM CINTRA. **Caderno de questões para o concurso da Prefeitura Municipal de Petrópolis (prof. de História)**, 2012.

FUNDAÇÃO DOM CINTRA. **Caderno de questões para o concurso da Prefeitura Municipal de Petrópolis (prof. de História)**, 2022.

GABRIEL, C. T. Jogos do tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 32-56, 2016. DOI: 10.20949/rhhj.v4i8.193. Disponível em: rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/193. Acesso em: 10 abr. 2025.

GREGÓRIO, R. “Petrópolis – Cidade Imperial?” Da representação do espaço aos espaços de representação. **Anais do XII Encontro Latino-americano de Geografia**, 2009.

GREGÓRIO, R. **Tradição, conservação e urbanização: a área de proteção ambiental e a (re) produção do espaço urbano do município de Petrópolis/RJ**. 2010. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GROSSI, D. Trabalhadores de Petrópolis no “Cinturão Vermelho”: o conceito de populismo e seu contraste na ação política das camadas populares petropolitanas no contexto do Golpe de 1964. **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/32612. Acesso em: 10 abr. 2025.

GROSSI, D; SCHIFFLER NETO, R. A Casa da Morte de Petrópolis: a importância da (re)construção de uma memória além da “Cidade Imperial” para a consolidação democrática. **Acesso Livre**, n. 2, p. 5-19, 2014. Disponível em: revistaacessolivre.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/09/revista-acesso-livre-nc2ba-2-jul-dez-2014.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021

HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, P; GROSSI, D. Os “lugares da memória” da ditadura empresarial-militar revisitados em Petrópolis-RJ. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 12, 2018. Disponível em: e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/download/32782/23905/113063. Acesso em: 05 ago. 2021.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, P. **Pão, terra e liberdade na cidade imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. [dissertação publicada em 2005]

- MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016.
- MARTINS, I. **Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis**: 1850-1930. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1983.
- MESQUITA, P. Ação do operariado em Petrópolis na primeira república – a greve de 1918. **Anais do XXVI Símposio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.
- MESQUITA, P. **A formação industrial de Petrópolis**: trabalho, sociedade e cultura. 2012. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- MONTES, G. **Último trem**: o sindicato dos ferroviários da Leopoldina em Petrópolis (1960-1964). 2020. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. **Caderno Prudentino de Geografia**, 1992.
- OLIVEIRA, A; ALCÂNTARA, P. A ofensiva e o integralismo nas páginas da Tribuna de Petrópolis: recortes de uma estratégia de doutrinação. In: **Entre tipos e recortes**: histórias da Imprensa integralista, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.
- OLIVEIRA, E. **Cidade “Verde” ou Cidade “Vermelha”**: AIN e ANL em Petrópolis. 2018. Tese de doutorado em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.
- OLIVEIRA, P. Entre o nazismo e o integralismo: a militância política dos imigrantes alemães e seus descendentes em Petrópolis-RJ (1935-1937). **Anais do VI Congresso Internacional de História**, 2013.
- OLIVEIRA, P. Imigração germânica e nazismo em Petrópolis nos anos 1930. **Anais do XIX Encontro Regional de História ANPUH-MG**, 2014.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Processo nº F-CDH-017/80**. Rio de Janeiro: Conselho Federal – Comissão de Direitos Humanos, 1980.
- PETRÓPOLIS. **Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 6º ano do ensino fundamental**. 2016a. Disponível em: petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html. Acesso em 10 de jan. 2020.
- PETRÓPOLIS. **Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 7º ano do ensino fundamental**. 2016b. Disponível em: petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html. Acesso em 10 de jan. 2020.
- PETRÓPOLIS. **Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 8º ano do ensino fundamental**. 2016c. Disponível em: petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html. Acesso em 10 de jan. 2020.
- PETRÓPOLIS. **Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 9º ano do ensino fundamental**. 2016d. Disponível em: petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html. Acesso em 10 de jan. 2020.
- PETRÓPOLIS. **Deliberação nº 2.543, de 27 de janeiro de 1967**. Estabelece critérios para a realização da Maratona Escolar Cidade de Petrópolis. Câmara Municipal de Petrópolis, 1967a. Disponível em: cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=19672543. Acesso em: 10 mai. 2024.
- PETRÓPOLIS (RJ). **Deliberação CMP nº 2.598, de 04 de setembro de 1967**. Estabelece critérios para a realização da Maratona Escolar Cidade de Petrópolis. Câmara Municipal de Petrópolis, 1967b. Disponível em: cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=19672598. Acesso em: 10 mai. 2024. Verificar normas para referenciar.
- PETRÓPOLIS. **Documento Organizador Curricular**. 2020 [enviado por e-mail às escolas da cidade por parte da Secretaria Municipal de Educação e disponível nestas instituições].

- PETRÓPOLIS (RJ). **Lei Municipal nº 3.998, de 28 de setembro de 1979**. Regulamenta a Maratona Escolar Cidade de Petrópolis. Prefeitura de Petrópolis, 1979. Disponível em: cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=19793998. Acesso em: 10 mai. 2024.
- PETRÓPOLIS. **Referencial Curricular da Rede Municipal de Petrópolis – Segundo Segmento do Ensino Fundamental**. 2014. Disponível em: petropolis.rj.gov.br/see/phocadownload/proposta%20curricular%20segundo%20segmento.pdf. Acesso em 10 jan. 2020.
- PRESTES, A. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRESTES, L. C. Carta de L.C. Prestes a Roberto Sisson [1935]. In: PRESTES, L., **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Vitória, s.d., p. 18-19.
- QUADROS, M. **Fabício: Quadros de uma existência**. [s.l.] [s.n.], 2011.
- RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, F. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- RIBEIRO, N. **Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na indústria têxtil (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- SANTOS, N. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-Crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, v. 5, n. 2, p. 25-46, 2013. DOI: 10.9771/gmed.v5i2. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/846. Acesso em: 04 mai. 2024.
- SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**, ano 3, n. 4, p. 54-84, 2016. DOI: 10.22409/mov.v0i4.296. Disponível em: periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SAVIANI, D. SOBRE A NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO. **Germinar: marxismo e educação em debate** [S. l.], v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.13575. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575. Acesso em: 12 mar. 2024.
- SCHIFFLER NETO, R. C. **A “Cidade Imperial”**: disputas em torno do passado petropolitano no currículo escolar. 2021. Dissertação de mestrado em Educação. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- SILVA, L.; LAGE, N. (Org.). **Petrópolis, entre o conhecido e o (des)conhecido: história, estudos reunidos e novas abordagens**. Petrópolis: Instituto Municipal de Cultura, 2024.
- SILVA, R. **Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades**. 2018. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.
- SILVA, T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Editora Eletrônica, 1999.
- WINTER, V. Petrópolis: a natureza planejada um estudo sobre nobres, imigrantes e mata atlântica. **Geomae**, v. 10, n. 1, p. 13-38, 2019. Disponível em: periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/7671/5280. Acesso em: 06 fev. 2021.

Notas

¹ Doutor em Ciência Política (IESP-UERJ); professor efetivo da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) campus Araguatins; vice-presidente da Associação de Professores da Unitins Jose Iran (APJI); foi pesquisador voluntário e fundador da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis; é vice-líder do Grupo Latino-Americano de Estudos Históricos e em Educação – dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8464144413049437; Lattes: lattes.cnpq.br/0221084151460662; ORCID: orcid.org/0000-0003-4415-7467; E-mail: professordiegogrossi@gmail.com.

² Mestre em Educação (PPGE-UFRJ); professor de sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) na cidade de Petrópolis; foi fundador e pesquisador da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis; é membro e pesquisador no Grupo Latino-Americano de Estudos Históricos e em Educação – dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8464144413049437; Lattes: lattes.cnpq.br/4867440753614805; ORCID: orcid.org/0009-0003-0343-463X; E-mail: robertoneto.tico@gmail.com. O presente artigo é oriundo da dissertação de mestrado em Educação do autor (2021).

³ Apesar do título ter se tornado oficial apenas com o decreto 85.849/81 de Figueiredo (BRASIL, 1981), o último ditador do regime militar brasileiro (1964-1985/88).

⁴ E que aqui neste estudo adotaremos a nomenclatura reduzida de “HGPT”, uma vez que este é o termo que na maioria das vezes é utilizado nos espaços destinados a esta disciplina, inclusive pelos atores que com ela se relacionam (estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar). Entretanto, ao longo do tempo várias siglas foram utilizadas, como “HGTP” e a própria “HGPT-ET”.

⁵ Formada justamente pela parcela da classe trabalhadora e seus descendentes, eclipsados no mito da “Cidade Imperial”.

⁶ Apesar dos termos “avaliação” e “prova” serem usados como sinônimos, daqui em diante a opção será pela adoção do termo “prova” para se referir à “Maratona Petrópolis”, pois, nas trilhas de Cipriano Luckesi (1995), se constata que esse concurso escolar sempre possui caráter classificatório e competitivo. Essa prova-competição anual ocorreu na cidade até 2019 e contava com a participação de alunos do 5º ao 9º do ensino fundamental da rede municipal de Petrópolis. Será melhor explicada na parte 01 do corrente artigo.

⁷ Para a discussão sobre a ruptura com a História tradicional feitas pelas historiografias contemporâneas, como a Escola de Annales e a historiografia marxista, *cf.* Barros (2005).

⁸ Sobre os embates entre a Geografia tradicional e a Geografia crítica *cf.* Moreira (1992) e Santos (1982).

⁹ Entretanto, com a precarização da profissão dos professores nos últimos tempos, há o conhecimento de que professores de outras disciplinas acabam por ministrar aulas de HGPT.

¹⁰ Sobre o embranquecimento como política de Estado *cf.* Ianni (1987).

¹¹ Aproximadamente 36% da população petropolitana é composta, hoje, por negros e pardos.

¹² Concepção de currículo ampla, típica de algumas vertentes pós-críticas (SILVA, 1999).

¹³ Um dos motivos pelos quais a região onde se “fundaria” Petrópolis ter recebido atenção do colonizador europeu foi o fato de se apresentar como parte central da nova passagem para escoar o ouro extraído de Minas Gerais para o Rio de Janeiro.

¹⁴ Como o Palácio de Cristal, que inicialmente funcionava como uma estufa e espaço de eventos agrícolas da Princesa Isabel.

¹⁵ Palácio fundado no século XIX para abrigar a família imperial e o principal ponto turístico da cidade hoje; sendo o local onde se exhibe para o público artefatos como as coroas de Dom Pedro I e Dom Pedro II. Porém, muito recentemente a própria diretoria do Museu Imperial vem promovendo políticas de valorização da história republicana de Petrópolis.

¹⁶ Em 1894 a capital do estado do RJ foi transferida de Niterói para Petrópolis por conta dos bombardeios sofridos pela primeira durante a Revolta da Armada (1893-1894). A cidade serrana permaneceu na condição de capital até 1903.

¹⁷ O bairro Quitandinha possui um dos principais polos tecnológicos do Brasil, focado na questão informática. Um dos seus núcleos é o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), que abriga o supercomputador Santos Dumont, um dos maiores computadores dedicados às pesquisas na América Latina.

¹⁸ Da perspectiva tradicional, em que o currículo aparecia como o conjunto de assuntos a serem abordados em sala de aula, até os paradigmas curriculares críticos e pós-críticos, existem inúmeras concepções sobre o currículo escolar. Um balanço pode ser visto em Silva (1999). Aqui nos alinhamos à concepção de Saviani.

¹⁹ O que pode ser conferido em: tribunadepetropolis.com.br/noticias/museu-imperial-teve-visitacao-recorde-de-mais-de-446-mil-pessoas-em-2019. Acesso em: 10 out. 2023.

²⁰ Líder da maior revolta tenentista ocorrida na República Velha (1889-1930), quando, entre 1924 e 1927, marchou 25 mil km com suas tropas sem ser derrotado em nenhuma batalha. Após a adesão ao marxismo-leninismo liderou o levante antifascista de 1935 e, entre outros, lutou contra a Ditadura Militar (1964-1985/88). Sobre o tema *cf.* Anita Prestes (1997).

²¹ Uma pesquisa em 2018 apontou que o preço médio do metro quadrado na cidade era superior ao de muitas grandes cidades brasileiras, incluindo algumas capitais: diariodepetropolis.com.br/integra/preco-medio-do-metro-quadrado-em-petropolis-e-de-r-5-9-mil-144026.

²² Também para além dos muros da escola, disputando, de fato, a identidade da sociedade por meio das diversas formas de mobilização social em prol de outra hegemonia.

²³ A CMV Petrópolis elaborou quinze recomendações à sociedade civil e ao poder público local. O item número 5 sugere: “inclusão de conteúdo histórico relativo às lutas dos trabalhadores no início do século XX e sobre os acontecimentos relativos ao regime militar na disciplina de HGTP do currículo escolar municipal (Ensino Fundamental II)” (CMV PETRÓPOLIS, 2018, p. 389).

²⁴ Figuras como os generais Mourão Filho, Nelson de Mello, Denys, Dutra, Kruehl e o Almirante Heck. Um dos locais de encontro dos conspiradores era o apartamento do juiz Antônio Neder, localizado no centro de Petrópolis (DREIFUSS, 1981; CMV PETRÓPOLIS, 2018, p. 55-56).

²⁵ Sobre Mitrione, *cf.* clarin.com/ediciones-antiores/dan-mitrione-maestro-tortura_0_ryHedXwe0Yl.html Acesso em: 20 mar. 2023.

²⁶ Detalhes acerca da Casa da Morte podem ser vistos na parte 2 do relatório final da CMV Petrópolis (2018, p. 121-174). As primeiras investigações podem ser vistas no processo 2.072/1981 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1981).

²⁷ O que pode ser visto do processo F-CDH-017/80 da OAB (1980).

²⁸ Em 2023, após a luta dos movimentos sociais, a Câmara de Vereadores de Petrópolis aprovou um projeto de lei que instituiu o dia 09 de junho como “Dia Municipal da Classe Trabalhadora Petropolitana”.

²⁹ O livro de Norton Ribeiro recebe uma única e breve citação nas apostilas de HGPT analisadas (2014, p. 94).

³⁰ Com as eleições em 1947, quando o Partido Comunista do Brasil (PCB) atinge excelentes votações em vários lugares do país, os pecebistas petropolitanos, juntos de seus camaradas de Magé, Caxias e outras cidades próximas, são acusados pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Pereira de Lima, de integrarem um suposto “Cinturão Vermelho” em torno da capital federal (Rio de Janeiro na época) - termo que seria usado outras vezes pela repressão (RIBEIRO, 2015).

³¹ Lucas Ventura da Silva e Natália da Paz Lage organizaram um livro (2024) com textos de vários autores que abordam Petrópolis em outros sentidos. Para uma análise mais detalhada sobre os estudos que abordam essa história de Petrópolis para além da “Cidade Imperial” vale consultar a parte 1.3 da dissertação de mestrado de Roberto Carlos Schiffler Neto sobre o currículo da rede municipal, origem do presente artigo (2021, p. 53-71) – tema anteriormente abordado por Burlet (2017).

³² O laudêmio é um imposto de origem feudal que é pago aos herdeiros de Dom Pedro II na cidade por parte de quem compra qualquer imóvel no 1o distrito de Petrópolis, custando 2,5% do valor do imóvel.

³³ Conforme noticiado em: g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2023/02/15/tragedia-climatica-que-deixou-235-mortos-em-petropolis-completa-1-ano.ghtml. Acesso em: 10 out. 2023.

Recebido em: 03 de out. 2024
Aprovado em: 02 de mai. de 2025